

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.398.118 - RJ
(2018/0303012-7)**

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
EMBARGANTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS
ADVOGADOS : ERICH ADOLFO SILVA WEINSTOCK - RJ033872
LARISSA CRISTINE DE MENEZES MOTTA - DF052895
EMBARGADO : CARLOS ALBERTO ÁVILA TAVARES
EMBARGADO : RENATO CESAR CARDOSO PIRES
EMBARGADO : ELADIO RAMOS DE LIMA
EMBARGADO : JORGE CORREIA DE LIMA
EMBARGADO : JORGE HENRIQUE LANIUS
EMBARGADO : MAURO ROBERTO CARVALHO COELHO
EMBARGADO : PAULO DA COSTA
EMBARGADO : ROBERTO ELIESER SARDAS
EMBARGADO : SANDRA REGINA ALVES LOUZADA SILVA
ADVOGADO : ADALBERTO LIBORIO BARROS FILHO E OUTRO(S) - RJ178033
INTERES. : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADOS : MARIA DE FÁTIMA CHAVES GAY - SP127335
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - SP128341
BRUNA RODRIGUES DE OLIVEIRA - RJ145645
FERNANDA SILVA DO AMARAL - RJ146394
ARTHUR PIMENTEL DIOGO - RJ156788
ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA PERDIZ PINHEIRO E OUTRO(S) - SP183805
BRUNO BRAGATO SALES - RJ163854
INTERES. : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO CPC/2015. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 7/STJ. ACLARATÓRIOS ACOLHIDOS, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social contra decisão de e-STJ fls. 1374/1381, por meio da qual não conheci do agravo em recurso especial, que restou assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS

OS FUNDAMENTOS. ART. 932, III, DO CPC/2015 E ART 253, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO RISTJ. PRECEDENTES. MATÉRIA DECIDIDA PELA CORTE ESPECIAL. EARESP Nº 746.775/PR. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

A embargante alega, em síntese, que a decisão embargada padeceria de omissão em relação à fixação dos honorários recursais, previstos no art. 85, § 11, do CPC/2015.

Sustenta que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/2015, razão pela qual seria possível a fixação de honorários recursais, consoante Enunciado Administrativo nº 7 desta Corte Superior.

Requer, assim, o acolhimento dos embargos para que sejam fixados os honorários recursais.

Impugnação aos aclaratórios apresentada às e-STJ fls. 1403/1405.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Com efeito, a decisão embargada não se manifestou sobre os honorários de sucumbência recursal, razão pela qual conheço dos embargos para sanar o vício apontado.

Considerando o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015, c/c o Enunciado Administrativo n. 7/STJ (“Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC”), e levando em consideração o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se a majoração dos honorários advocatícios (a título de sucumbência recursal).

No caso, a verba honorária foi arbitrada pelo Tribunal de origem em 9% sobre o valor da causa, razão porque se majora tal verba para 10% sobre o valor da causa (montante total de honorários advocatícios), obedecendo o respectivo limite, bem como observada a regra prevista no art. 98, § 3º, do CPC/2015, em razão da gratuidade da justiça deferida.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, apenas para integralizar o julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator